

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA 01/2024

Dispensa de licitação conforme art. 75, inc. II da Lei nº 14.133/21

Torna-se Público que a Fundação de Ensino Chafik Saab, com sede na Rua José Bonifácio, nº 804, no município de Urupês, nesse Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 72.790.355/0001-32, devidamente representado por seu Presidente, Alcemir Cássio Gréggio, realizará a presente dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas aplicáveis, para obter propostas adicionais de eventuais interessados, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa, e as exigências estabelecidas neste aviso, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos:

Objeto:	Aquisição de Materiais Didáticos para o ano letivo de 2024, destinados aos alunos da primeira e segunda série do Ensino Médio, bem como, fornecimento de plataforma digital de aprendizagem para alunos e professores e assessoramento pedagógicos, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
Critério de Julgamento:	MENOR VALOR GLOBAL
Unidade Gestora:	Fundação de Ensino Chafik Saab
Valor estimado total:	R\$49.725,00 (quarenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais), uma vez que foi utilizado o critério “Menor Preço”.
Data limite para apresentação da proposta:	ATÉ O DIA 21/02/2024 ÀS 08:00 HORAS
Referência do Horário:	Todas as referências de tempo observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:	https://www.urupes.sp.gov.br/licitacoes/dispensas/
Preferência ME/EPP (art.49, inc. V da LC nº 123/06)	NÃO

1. DO OBJETO

1.1. É objeto da presente Dispensa de Licitação a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais didáticos para o ano letivo de 2024, destinados aos alunos da primeira e segunda série do Ensino Médio, contendo sistema de ensino com fornecimento de plataforma digital de aprendizagem para alunos e professores e assessoramento pedagógicos, considerando a importância do material didático para a concretização das metas e objetivos da proposta pedagógica do Colégio Chafik Saab, o sucesso da aprendizagem de todos os alunos e para a diminuição dos índices de retenção e evasão escolar, conforme especificações abaixo:

Ensino Médio	50 (cinquenta) alunos
1ª série	25 (vinte e cinco) alunos
2ª série	25 (vinte e cinco) alunos

1.1.2. O prazo máximo para entrega dos materiais didáticos será de até 20 (vinte) dias, contados a partir da data do recebimento da autorização de fornecimento e ordem de expedição da Fundação.

1.1.2.1. Os materiais didáticos deverão ser entregues na Fundação de Ensino Chafik Saab, no endereço: Rua José Bonifácio, nº 804, Centro, em Urupês-SP, das 8:00h às 16:00h, de segunda a sexta-feira, nos dias úteis.

1.1.3. Os requisitos da contratação indicam que os serviços prestados sejam realizados por empresa do ramo de específico, com a devida qualificação técnica e com a devida experiência anterior nessas atividades.

1.2. O prazo de vigência da contratação será de um ano, podendo ser prorrogado.

1.2.1. O serviço será realizado com o fornecimento do material, conforme será solicitado pela Fundação de Ensino, ora contratante.

1.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. Os elementos que integram o Sistema de Ensino devem abranger:

1.4.1. Livro didático para alunos, como eixo articulador da proposta de organização curricular e mediação docente.

1.4.2. O projeto gráfico dos livros didáticos deve apresentar uma diagramação de alta qualidade, utilizando-se de uma tecnologia de ponta, coerente à metodologia proposta, com excelência na programação visual adequada ao Novo Ensino Médio, estando de acordo com as abordagens do ENEM e dos principais vestibulares do Brasil.

1.4.3. Material para professores: deve apresentar livro que evidencie o programa anual de conteúdo, reflexão teórico-prática sobre as diversas formas de ensinar e aprender, oferecendo orientações metodológicas (habilidades e competências) sendo objetivas, dando encaminhamento a cada aula para a organização do trabalho do educador e educando.

1.4.4. O material deve estar de acordo com a publicação do Ministério da Educação no Diário Oficial do dia 05 de abril de 2019 a Portaria nº 1.432, que estabelece os referenciais para elaboração dos Itinerários Formativos conforme prevêem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio.

1.4.5. O material didático para o Ensino Médio deve ser composto por conjuntos impressos coloridos e específicos de Cadernos Educacionais para cada Aluno, Material Complementar, Caderno do Professor e Coordenação.

1.4.6. O Material Didático deve contemplar as competências e habilidades apontadas na BNCC do Ensino Médio, com a aplicação da Formação Geral Básica e dos Itinerários Formativos, organizados a partir de quatro eixos estruturantes (Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo).

1.4.7. Tais eixos estruturantes devem ter como objetivo envolver os estudantes em situações de aprendizagem que os permitam produzir conhecimentos, criar, intervir na realidade e empreender projetos presentes e futuros.

1.4.8. Os livros didáticos devem contemplar as habilidades elencadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), atendendo à diretriz nacional que define as aprendizagens essenciais às quais os estudantes da Educação Básica têm direito, sendo compostos com os seguintes materiais: Arte, Biologia, Filosofia, Física, Geografia, História, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Matemática, Produção de texto, Química e Sociologia.

1.4.9. Os livros didáticos devem apresentar orientações metodológicas circunstanciadas onde o professor poderá encontrar a proposta pedagógica da área de conhecimento/ disciplina, bem como os princípios que a fundamentam e estruturam. Devem apresentar ainda, subsídios de ampliação

da proposta pedagógica por meio de reflexões teórico práticas sobre as diversas formas de ensinar e aprender, tais como: contextualização, problematização, pesquisa, articulação de conteúdos com outras áreas do conhecimento, além de discussões e esclarecimentos sobre a avaliação da aprendizagem.

1.4.10. Além da plataforma de Itinerários, o sistema de ensino deverá oferecer todo o apoio da consultoria pedagógica para que a escola possa ter acesso e analisar as trilhas que mais se adaptam ao contexto social em que estão inseridas. A escola deverá ter a opção de escolher quais trilhas serão oferecidas aos alunos.

1.4.11. Cada trilha deverá ser baseada em metodologias ativas, trazendo o conteúdo a ser ensinado sempre de forma dinâmica e engajadora. Além de seguir os Referenciais Curriculares para a elaboração de Itinerários Formativos, considerando as habilidades que precisam e devem ser desenvolvidas de acordo com os eixos estruturantes.

1.4.12. Em cada aula, o professor deverá ter acesso a todas as ferramentas e informações necessárias para ministrar as aulas, como sugestões de conteúdos, atividades, avaliações e projetos.

1.4.13. O Sistema de Ensino deve oferecer um Portal que possibilite explorar os conteúdos curriculares por meio da internet, o qual poderá ser acessado pelos professores, alunos, equipe de direção, por meio senhas e logins específicos, com o intuito de ampliar e enriquecer as possibilidades do trabalho educativo em sala de aula. Para os alunos, a plataforma digital deverá ter o conteúdo por meio de textos, vídeos, videoaulas, podcasts, fóruns de discussões entre outros.

1.4.13.1. Além das aulas, o professor poderá incluir temáticas que entender importantes.

1.4.14. O Portal deve possuir em seu conteúdo sugestões de leitura, sugestões de atividades ao professor para utilização em sala de aula, projetos pedagógicos nas diversas áreas, que permita o desenvolvimento das capacidades de busca, seleção e organização das informações, como:

1.4.14.1. Balcão de Redação - Tendo em vista a importância do desenvolvimento das habilidades textuais e a preparação para os exames vestibulares, o Portal deverá conter variados temas de redação semanais a fim de que todos os alunos pudessem desenvolver sua capacidade de escrita, problematizando assuntos cotidianos, aguçando seu senso crítico e construindo um discurso capaz de refletir sua opinião e universo de valores a respeito de dado conjunto de textos;

1.4.14.2. Banco de Questões: ferramenta projetada para auxiliar os professores a criar avaliações, oferecendo uma ampla variedade de questões de qualidade, que abrangem diferentes níveis de dificuldade e componentes curriculares;

1.4.14.3. Avaliações digitais, internas e externas, publicações diversas relacionadas a exames e vestibulares nacionais;

1.4.14.4. Simulados digitais com gabaritos e resoluções;

1.4.14.5. Marketing disponibilizando as escolas parceiras do Sistema de Ensino peças publicitárias que podem ser utilizadas nas campanhas de captação de novos alunos e para estreitar.

1.4.14.6. O Portal deverá conter também AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem- oferecendo recursos para estudo online, proporcionando ao aluno trilhas de aprendizagem por meio de sua interação com o objeto de estudo, contendo espaço digital onde, de forma ágil, podem ser fornecidas atividades e ser feita a gestão do conhecimento adquirido pelos estudantes, como: atividades, textos de aprofundamento, links, vídeos entre outros.

1.4.15. O Sistema de Ensino deverá apresentar os itinerários de duas formas distintas:

1.4.15.1. Presencial: em que as aulas acontecem nas salas ou laboratórios específicos das escolas parceiras.

1.4.15.2. Modo on-line: os alunos seguem as aulas remotamente com o acompanhamento de professores da escola parceira em formato EAD.

1.4.16. Cada uma das trilhas deverá conter temáticas específicas divididas em módulos dentro das seguintes áreas de conhecimento:

- Linguagens e suas Tecnologias
- Matemática e suas Tecnologias
- Ciências da Natureza e suas Tecnologias
- Ciências Humanas e Sociais Aplicada

1.4.17. O Sistema de Ensino deve oferecer assessoria pedagógica específico para as equipes docentes e técnico-pedagógicas, no sentido de orientá-los quanto à organização do cronograma para a utilização do Material Didático, oferecendo embasamento teórico e metodológico.

1.4.17. O Assessoramento Pedagógico deve concretizar por meio de um programa de cursos e de atendimentos nas modalidades presenciais e a distância, capazes de auxiliar no entendimento e dinamização das propostas de ensino, contidas nos livros didáticos, proporcionando as devidas

informações, encaminhamentos, esclarecendo dúvidas, indicando soluções, trocando ideias e propondo alternativas e adaptações.

1.4.18. O assessoramento pedagógico deve contemplar um programa de até 4 visitas realizadas por consultores pedagógicos e atendimento na área de tecnologia direcionada ao melhor uso do ambiente digital de aprendizagem. Que serão previamente solicitadas pela autoridade competente.

1.4.19. O assessoramento pedagógico deve promover cursos com temáticas voltadas aos campos de experiências e aos componentes curriculares propostos na BNCC, contemplando conteúdos, estrutura curricular, proposta metodológica e articulação com o ambiente digital de aprendizagem.

1.5. Compõem este processo, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.5.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

1.5.2 ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

1.5.3 ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS PARA ME E EPP;

1.5.4 ANEXO IV – DECLARAÇÃO RELATIVA AO CUMPRIMENTO DO INC. XXXIII, ART. 7º DA CF;

1.5.5. ANEXO V – DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO;

1.5.6. ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS;

1.5.7. ANEXO VII – DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO;

1.5.8. ANEXO VIII – TERMO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

1.5.9. ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA(S) AQUISIÇÃO(ÕES)/DO(S) SERVIÇO(S)

2.1. A realização da contratação se faz necessária para atender as necessidades da Fundação de Ensino, nos termos das justificativas apresentadas no Termo de Referência.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Fundação de Ensino, para exercício de 2024, na classificação abaixo:

Ficha 288
03 FUNDAÇÃO DE ENSINO
0301 FUNDAÇÃO DE ENSINO
LOCAL 030100 FUNDAÇÃO DE ENSINO
FUNC. 12.362.0012.2050.0000 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
CATEC 3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
Recursos Próprios.

Ficha 290
03 FUNDAÇÃO DE ENSINO
0301 FUNDAÇÃO DE ENSINO
LOCAL 030100 FUNDAÇÃO DE ENSINO
FUNC. 12.362.0012.2050.0000 MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
CATEC 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.
Recursos Próprios.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O valor global estimado e limite para contratação será de R\$49.725,00 (quarenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais), conforme menor valor obtidos em orçamentos, uma vez que foi utilizado o critério “Menor Preço”.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. A presente manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados ficará ABERTA ATÉ O DIA 21/02/2024 ÀS 08:00 HORAS, uma vez que devidamente realizada a divulgação no sítio eletrônico oficial do Município, em cumprimento ao artigo 75, inciso II, § 3º da Lei nº 14.133/2021, e os respectivos documentos deverão ser protocolizados, exclusivamente, por via eletrônica, pelo site <https://www.urupes.sp.gov.br/licitacoes/dispensas/>.

5.2. Poderão participar deste processo de contratação empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação que atenderem às exigências de habilitação.

5.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

5.3.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

5.3.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.3.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.3.3.1. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

5.3.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

5.3.5. sociedades cooperativas.

5.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.5. Não será permitida a participação ainda as empresas:

5.5.1. Estrangeiras que não funcionem no País;

5.5.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

5.5.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de Urupês, nos termos da Súmula 51 do TCESP;

5.5.4. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas;

5.5.5. Que não possuam ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação;

5.5.6. Sob processo de falência, recuperação judicial que não apresentarem o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital ou insolvência civil, CONFORME Súmula nº 50 do TCESP ou insolvência civil.

5.6. A apresentação de propostas **implicará obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas**, em conformidade com o que dispõe este aviso de dispensa de licitação e ao **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos adequados à perfeita execução contratual.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

6.1. Encerrado o prazo para recebimento de propostas adicionais, será verificada a conformidade da proposta melhor proposta classificada quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado, devendo este ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

6.4.1. Além da documentação supracitada, a Administração poderá solicitar ao fornecedor com a melhor proposta, planilha com indicação de custos e formação de preços.

6.5. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme Termo de Referência ou projeto básico, constante no Anexo II deste aviso e deverá ser encaminhada de acordo com o item 5.1.

6.5.1. A Proposta deverá ser apresentada digitada, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador.

6.5.2. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

6.5.3. Deverão estar consignados na proposta:

6.5.3.1. A nome completo/razão social da proponente, endereço completo/CEP, telefone/fax, e-mail (se houver) e CPF/CNPJ do licitante;

6.5.3.2. Preço unitário por item e valor total em algarismos, expressos em moeda corrente nacional, apurados à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de encargos, impostos, taxas, tributos, frete e demais despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação;

6.5.3.3. O preço ofertado é fixo e irrevogável e deverá ser apresentado com precisão de duas casas decimais;

6.5.3.4. Declaração impressa na proposta de que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

6.5.3.5. Data da emissão, assinatura do responsável e nome e documentos de identificação do responsável pela emissão.

6.5.3.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. contiver vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.9. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.10. Havendo necessidade, o processo poderá ser suspenso para diligências.

6.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será verificada a habilitação do proponente vencedor, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

7.1 Habilitação jurídica

7.1.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.4 Sociedade empresária estrangeira, quando autorizada, com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;

7.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

7.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição; (ANEXO IV)

7.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (CNDT).

7.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.7 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.2.7.1 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.2.7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, a contar do momento em que for declarado vencedor, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123/06, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

7.2.7.3 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 7.2.9.2, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

7.3 Habilitação técnico-profissional:

7.3.1. Qualificação técnico/profissional, através dos seguintes documentos, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

7.3.1.2. Apresentar Qualificação técnico/profissional, através do documento, em conformidade com o art. 67, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, sendo: *declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.* (ANEXO V).

7.4.1.4. Habilitações Fiscal, social e trabalhista, conforme previsão do art. 68 da Lei nº 11.133/2021.

8. OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.1 Declaração do licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho. (ANEXO IV).

9. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Encerradas a etapa de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior para autorização da contratação direta pela autoridade competente, observado o disposto no inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A contratação poderá feita por meio de **Termo de Contrato para o período de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 106 e seguintes da Lei 14.133/2021.

9.3. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco dias) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, aceitando a realização de assinatura eletrônica por meio de certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

9.3.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. As obrigações das partes são aquelas indicadas no Termo de Referência.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 10.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 10.1.1 a 10.1.11;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos

subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.11, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e encaminhamento das respectivas sanções ao Tribunal de Contas do Estado. (Art. 161)

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal pela empresa competente, que somente será emitida após a entrega efetiva do objeto, devendo ser atestado pelo setor solicitante.

11.2. Para realização dos pagamentos, a CONTRATADA deverá manter a regularidade fiscal e trabalhista apresentada durante processo de habilitação.

12. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Servidor Responsável: Susy Mary Paschoal Martins, Diretora Pedagógica da presente Fundação, RG nº 16.394.012-5, CPF nº 161.758.008-26.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Poderá o Município revogar a presente contratação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

13.2. O Município deverá anular a presente contratação, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

13.3. A anulação do procedimento, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.4. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Município.

13.5. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

13.5.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

13.5.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

13.5.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

13.6. As providências dos subitens anteriores também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

13.7. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

13.8. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer comunicações emitidas pela Administração, pelos meios originalmente divulgados.

13.9. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.11. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

13.12. Para assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente para o fornecimento do(s) bem(ns) ou para execução do serviço o Contratado deverá apresentar para a Administração Declaração de Atualização Cadastral, sendo que o cadastramento deve ser feito dentro do “Portal de Sistemas” do TCE/SP, no ícone “CadTCESP” (<https://www.tce.sp.gov.br/cadtcesp/>), nos termos da Resolução nº 21/2022 publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em 24/11/2022.

13.13. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

Município de Urupês, 14 de Fevereiro de 2023.

Alcemir Cássio Gréggio
Presidente.